



“Podem as sensações direcionar a recepção?”¹

Wilson Borges **

Resumo

Neste *paper*, nossa proposta é refletir sobre como certa apropriação de emoções e de sentimentos, por parte dos impressos, se dá no contexto brasileiro, na passagem do século XIX ao XX. Nossa avaliação é a de que, para uma melhor compreensão da nossa abordagem, um itinerário, em retrospectiva, destacando os contextos em que o sensacionalismo aparece na imprensa, pode se revelar interessante. Para nós, um dos elementos centrais desse processo é a construção de um imaginário. Imaginário esse que vai servir de repositório para a narrativa jornalística, que se revelará na imprensa brasileira ao longo do século XX. Nesse sentido, e está é uma das nossas hipóteses centrais de pesquisa, nos interrogamos sobre em que medida a formação desse imaginário pode influenciar (ou até mesmo restringir) uma certa recepção dos conteúdos midiáticos.

Palavras-Chave: Imprensa; Sensacionalismo; Imaginário.

Introdução

Estamos interessados, neste trabalho, em refletir sobre como certa apropriação das emoções e dos sentimentos, por parte dos impressos, se dá no contexto brasileiro, no final do século XIX, mas principalmente, ao longo do século XX. Julgamos que, para uma melhor compreensão da nossa abordagem, é interessante fazermos um itinerário, em retrospectiva, apontando os contextos em que o sensacionalismo aparece na imprensa, uma vez que um dos elementos que para nós está em jogo é a construção de um imaginário. Imaginário esse que vai servir de repositório para a narrativa jornalística, que começa a ser configurado após o fim da ordem escravocrata. Nesse sentido, partiremos das análises mais contemporâneas sobre a imprensa brasileira para, em seguida, jogarmos luz sob a transição do Império à República. Começamos então com o trabalho de Duarte (2004).

¹ Trabalho apresentado ao GT de Jornalismo, do V Congresso Nacional de História da Mídia.

* Universidade Federal Fluminense. Doutorado em Comunicação. E-mail.: wcborges1@yahoo.com.br

* Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Ciência Política e Especialista em História do Brasil também pela UFF. Jornalista formado pela Universidade Salgado de Oliveira/UNIVERSO – Niterói/RJ. Professor do Curso de Especialização em Comunicação e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

O trabalho desse pesquisador continua sendo objeto de nossas reflexões pela perspectiva crítica com a qual avalia a cobertura da imprensa sobre o tema criminalidade nos anos 1990. Agora, gostaríamos de tomá-lo por um outro prisma: o da presença do sensacionalismo na chamada imprensa informativa (em detrimento de uma imprensa dita sensacionalista). Dito de uma outra forma, uma das hipóteses centrais da investigação de Duarte é a presença do *fait-divers* no conteúdo informativo daquele tipo de imprensa. Para ele, os jornais contemporâneos adotariam, a partir “da colonização do texto jornalístico pela publicidade”, o *fait-divers* como uma “categoria que explicita a dimensão interpretativa a-histórica, ficcional e folhetinesca dos fatos, operada pelos jornais populares”. Até aqui concordamos plenamente com ele. Concordamos inclusive quando Duarte destaca (Idem, p. 211) que “o recurso ao entretenimento como elemento persuasivo central do texto informativo tem conseqüências ideológicas importantes, que deixam marcas nos modos de dizer dos jornais”. Mas, o que o pesquisador não aborda (até mesmo porque não é o objeto de suas observações) é o fato de que se o sensacionalismo (na forma do *fait-divers*) desperta o interesse é porque há algo (ou algum elemento) que o precede. Se entendermos que os folhetins são romances da vida e que o *fait-divers* é a vida romanceada (com o extraordinário / o espetacular), podemos perceber que ambos falam da vida. Mais ainda, de algo que é verossímil.

Pedroso (2001) se propõe a uma investigação que tem como ponto de partida o jornal *Luta*, tomado como um jornal sensacionalista. Já na apresentação, há um questionamento sobre a estratégia desse jornal que nos permite algumas reflexões: “é a *Luta Democrática* que mudou de estampa para poder continuar sobrevivendo?”² Do *Luta Democrática*, falaremos mais adiante. Por ocasião, queremos nos interrogar que se há um jornal que muda a estampa para continuar sendo consumido (essa é uma das hipóteses levantadas) não é por que há alguém interessado em consumi-lo? Veremos que sim. Mas, mesmo se propondo a produzir um estudo que toma por referência um jornal sensacionalista, a autora nos dá algumas pistas sobre quais estratégias se assentariam a construção discursiva para esse tipo de jornal. Nas palavras da autora (Idem, p. 09):

Explicitando o modo como um jornal diário
popularesco produz o discurso informativo sedutor e seus

² O questionamento em destaque é feito, segundo a autora, por leitores mais atentos (p. 14).



efeitos de reconhecimento, tentando indicar os elementos que são convocados/invocados na composição/criação da gramática discursiva empreendida por repórteres, editores, proprietários, anunciantes e leitores (...) essa gramática discursiva, *coletivamente construída*, caracteriza-se pela reificação/exacerbação de modelos e arquétipos sociais e culturais, já fossilizados/sedimentados no *imaginário social* sobre a narrativa jornalística diária”.

Tal reflexão se nos é tão importante quanto à de Duarte, sobretudo em função do instrumental ser o da Análise de Discurso da Escola Francesa de Semiologia. Mas, tanto Pedroso quanto Duarte estão debruçados sobre o processo de produção do discurso jornalístico, nos anos 1980, no caso do primeiro e nos anos 1990, no do segundo. Porém, nos interessa ainda o porquê desse tipo de produção ser tão bem aceita por um público tão diversificado e que atravessa, pelo menos, duas décadas. Ao tipo de busca que estamos fazendo, o artigo de Enne (2005) se encaixa perfeitamente. Quando se propõe a estabelecer algumas discussões sobre a relação entre a construção narrativa do jornalismo (para nós, um projeto de construção de memória e de identidade) e sua reconfiguração no mundo dos leitores de uma apropriação por parte destes, dentro de um fluxo de memórias e identidades que configuram o fazer jornalístico, a autora (2005, p.01) dá um passo a mais em relação aos anteriores. Partindo do caso “Mão-Branca” na *Última Hora*³, Enne oferece várias pistas no sentido de indicar a importância que o imaginário social ocupa no contexto de produção do discurso jornalístico. Nesse sentido, é interessante nos perguntarmos se o sensacionalismo é um tipo de jornalismo ou um tipo de narrativa? Ou ainda, um tipo de notícia? A resposta a esta pergunta pode indicar que não há uma realidade uma (um real), mas uma construção social possível. Uma construção (de um imaginário – essa é uma das nossas hipóteses) que sofre disputa por atribuição de sentidos. Porém, tentar responder a essas perguntas nesse momento pode ser um pouco prematuro. Então, sigamos com o trabalho de Enne.

Ao avançarmos, não vamos nos deter sobre a discussão se o “Mão-Branca” realmente existiu ou se foi forjado por um repórter da *Última Hora*. Isso é menos importante do que perceber o caráter verossímil da atuação do justiceiro/exterminador. Ou

³ É oportuno destacar que Enne, diferentemente de Duarte, não está se debruçando sobre um jornal tido como estritamente informativo (em detrimento do sensacionalista). A *Última Hora* da década de 1980 é um jornal claramente identificado

ainda, como propõe Enne (2005, p.04), “pensar (...) qual a relação possível entre a ficcionalização de um ‘exterminador’ e a legitimação, via imprensa, da prática do extermínio”. Essa é uma questão que nos interessa frontalmente, uma vez que, para nós, a prática do extermínio de uma determinada parcela da sociedade vem sendo legitimada, há mais de cem anos⁴. Outro ponto que merece atenção é quanto ao aspecto da ambientalização do personagem. Nas palavras da autora (Idem, p. 06): “percebe-se, também, o esforço de humanizar o personagem e criar mecanismos de identificação entre ele e o leitor. Ele é religioso (...) Também demonstra várias vezes sua indignação como cidadão e seu papel de chefe de família. Mas, por outro lado, revela seu ‘espírito de malandragem’, falando gírias, ditos populares e gargalhando”. A pesquisadora segue, mostrando em várias passagens do jornal o caráter humano e *carioca* (para nós) do “Mão-Branca”. Isso equivale a dizer que, dificilmente, o personagem seria consumido fora do Rio de Janeiro, dada a especificidade de sua caracterização. Esse é um ponto fundamental.

Notamos claramente como se legitima no imaginário a prática do extermínio. Diz Enne (Idem, p. 07):

Podemos perceber, também, a tendência do jornal de produzir uma imagem de ‘Mão Branca’ como se ele agisse ‘em defesa da sociedade’. Trata-se de uma composição clássica na narrativa ficcional: a disputa maniqueísta. A imagem que se constrói é a de um justiceiro anônimo, um herói comum, que se sacrifica em nome de ideais e que, como uma pessoa do povo, não suporta mais sofrer sem fazer nada. A *Última Hora* reforça tal imagem com cartas de leitores (que, segundo um de nossos entrevistados, em parte são inventadas, em parte são enviadas por leitores que eles acreditam fazer parte dos inúmeros grupos de extermínio que agiam no Rio de Janeiro, que enxergam na figura do ‘Mão Branca’ uma imagem pública ideal para encobrir suas atividades)”.

Se a autora insere a atuação do personagem no contexto da Baixada Fluminense da década de 1980, um dos nossos esforços maiores é apontar que tal processo pode ser visto ao longo do século XX, com outros personagens em outros momentos históricos. Assim, o

como sensacionalista, que divide com *O Dia* a preferência de um parcela do leitorado. Mas isso não inviabiliza, de forma alguma, a contribuição do seu trabalho.

⁴ Em 2007, a imprensa vem se dividindo nas opiniões sobre a presença das milícias nas comunidades pobres do Rio de Janeiro. Em alguns casos, esses “justiceiros benfeitores” limpam a região da presença dos narcotraficantes. O que fica subsumido nas matérias jornalísticas é que, quando não consegue “provar” sua não-ligação com os bandidos, moradores do subúrbio carioca (e por que não dizer, fluminense) são exterminados por esses “semi-heróis” milicianos.

que se assiste na década de 1980 é fruto de um processo de longa duração que pode ser fracionado em duas partes: a primeira, que é a das sensações/emoções/sentimentos, fruto de uma clivagem (produto da modernidade) entre razão e emoção/sensação; a segunda, que a da legitimação do extermínio, fruto de um processo brutal iniciado por uma modernização conservadora, na passagem da escravidão à ordem burguesa. Assim, como aponta a própria Enne (Idem, p. 07),

Estamos diante de um caso analítico em que pontos fundamentais estão presentes: a mescla entre realidade e ficção dentro da construção narrativa; o apelo ao sensorial; a polifonia e a dialogia presentes no discurso da imprensa, através dos inúmeros agentes convocados a falar, e também pelas marcas do leitor presentes nas estratégias discursivas; os recursos melodramáticos e grotescos, permitindo a inserção dessa prática discursiva em um processo de longa duração, remetendo ao fluxo do sensacional e aos mitos imemoriais; os indícios que nos permitem pensar a prática de um jornalismo popular; dentre outros.

Mas, a autora vai além (Idem, p. 08) quando se propõe a “pensar como os domínios da narrativa ficcional e jornalística podem se cruzar e (...) como esse ir e vir entre a narrativa ficcional e a jornalística se envolve com os **protocolos de leitura** do público receptor, permitindo que o fluxo do sensacional não se interrompa e se mantenha contínuo”. A noção de protocolos de leitura, nesse sentido, é preponderante para nós. Nossa hipótese central de trabalho é que a luta de classes se deslocou do campo da política para o da cultura. Dessa forma, julgamos que o campo da cultura, da produção social do discurso (entendendo que a cultura é produto dos antagonismos sociais) é um campo privilegiado para a captura desses embates. É a própria Enne (Idem, p. 09) quem destaca que “a prática discursiva torna-se referência fundamental tanto para pensar a luta de classes quanto as disputas pela construção das identidades individuais e sociais. No campo discursivo, temos a arena mais aberta da disputa pelo direito de significar”.

Dentro do que apontamos até aqui é interessante que destaquemos alguns pontos. O primeiro diz respeito ao “Mão-Branca” como um personagem que foi símbolo de um período em que a prática do extermínio foi quase institucionalizada (ditadura militar). Associado ao primeiro, mas não estritamente, é que o imaginário atravessa a existência do periódico *A ou B*. Em terceiro lugar, o fato de que os leitores se apropriam dos conteúdos

discursivos dos jornais. Seria então factível pensar que os impressos, a partir da aceitação de um determinado projeto de nação, contribuem para a formação de um imaginário, que é cultural, construindo memória e identidade. É onde nos interrogamos: é possível o direcionamento da recepção? Se há uma apropriação do imaginário, por parte dos discursos da imprensa, não seria possível certa antecipação dos gostos, dos sentimentos, das emoções de um determinado público? Entretanto, há uma clara (talvez não tão clara assim, como demonstrou Duarte) distinção entre a chamada imprensa informativa e a sensacionalista. Ora, se em último caso elas se servem de mesmo repositório, de que distinção então se trata?

Jornalismo Sensacionalista *versus* jornalismo “sério”!?

Se falamos até esta etapa sobre os jornais das décadas de 1980 e 1990 (período histórico do monopólio das grandes empresas jornalísticas), julgamos ser esse o momento apropriado para falarmos da cisão “histórica” entre o chamado jornalismo “sério” e o “sensacionalista”. É central ao contexto dessa transformação a idéia de objetividade, e com ela a classificação de um tipo de jornalismo que ilumina a esfera pública (o “sério”) e aquele onde há a ausência dessas marcas. Para entendermos um pouco melhor as transformações pelas quais a imprensa brasileira passou entre as décadas de 1950/1960, é importante, novamente, atualizá-las. Primeiro, a idéia de objetividade jornalística não surge no Brasil. Ela é *importada* dos Estados Unidos. Mesmo lá, essa noção não é fruto do acaso, nem aparece no momento histórico em que passa a ser utilizada por aqui. Entre os americanos, num momento de mudança de algumas características, houve a necessidade de se forjar um novo paradigma de atuação para o jornalismo norte-americano. Nas primeiras décadas do século XX, a partir de uma imbricação entre inovações tecnológicas, expansão da comunicação (com o telégrafo e as agências telegráficas) e dinâmica cultural produziu como efeito uma associação entre comunicação e transmissão. Estamos nos referindo ao momento em que o jornalismo passa a ser encarado como um negócio, um sub-produto de um mercado dinâmico.

A convenção que vai opor, nos estados Unidos, o jornalismo “sério” da imprensa marrom (sensacionalista) é da mesma natureza da que acontece aqui. No Brasil (é importante que apontemos essa especificidade), a dualidade será entre um jornalismo “sério” (por ser descritivo, apolítico, racional) e um jornalismo sensacionalista (panfletário, político, narrativo). Não é menos interessante observarmos como essa pretensa clivagem do jornalismo brasileiro irá atender a um projeto burguês iluminista. Em outras palavras, isso significa também dizer que o jornalismo não é necessariamente um projeto burguês. Mas não é menos verdade que tal projeto possa se servir do impresso para difusão de sua ideologia. Quem realiza uma reflexão bastante interessante sobre essa associação entre sensacionalismo e política (mas especificamente entre sensacionalismo e populismo) é Siqueira (2002).

De Siqueira, queremos nos fixar, por um lado, na relação entre sensacionalismo e populismo e no quanto os elementos da chamada cultura popular são articulados à história política de um determinado público leitor, no caso o de *O Dia* (com Chagas Freitas), *Última Hora* (com Samuel Wainer) e *Luta Democrática* (com Tenório Cavalcanti)⁵; por outro, no quanto essas mesmas estratégias discursivas contribuem para a formação de um imaginário (ou se servem dele), que busca consolidar papéis estáticos a sujeitos que, por constituição, são multifacetados. Em *Última Hora*, por exemplo, a autora destaca que o jornal procurava se mostrar não só como uma voz, mas como instrumento efetivo de conquistas sociais. De forma análoga se caracterizara o jornal comandado por Chagas Freitas. Semelhantemente, *Luta Democrática* produzia a mesma prática. Já mencionamos que não coadunamos com a idéia de um público receptor passivo, que é manipulado pelos meios de comunicação. Mas, não é menos explícito que os leitores, ao lerem uma informação, podem se apropriar dela de forma mais menos semelhante.

Isso se torna possível a partir de uma perspectiva aberta pela noção de protocolos de leituras, que funcionariam a partir de uma espécie de saber compartilhado, que estamos compreendendo como imaginário. Novamente convocamos Siqueira, que se interroga: “Mas o que explicaria o enorme interesse popular despertado pelas notícias sensacionais? De acordo com Marialva Barbosa ‘as tragédias diárias transportam para aqueles textos uma

⁵ Esse é o período sobre o qual recai a dúvida se a *Luta* (que aparece em Pedroso) não seria uma nova roupagem para o mesmo jornal.

cidade real, composta de lugares e personagens identificáveis (...) A edição fantasiosa, entretanto, deve ser apresentada dentro de determinados parâmetros, em que a verossimilhança é o principal deles”⁶. Ao mencionar que as referências simbólicas da cultura popular serviram para que líderes populistas manipulassem tais referências com vistas à disseminação de um conteúdo político, Siqueira evidencia mais uma vez a relação entre imaginário e projeto político.

Há dois pontos que gostaríamos de continuar desenvolvendo a partir do trabalho de Siqueira. O primeiro é a relação entre imprensa e política que, nos casos trabalhados pela autora, demonstra a relação entre imprensa e sensacionalismo, ou ainda, entre sensacionalismo e populismo. O segundo ponto é a remissão à verossimilhança encontrada nas reflexões de Barbosa sobre as sensações. Em *“Tragédias” apaixonam a cidade* (BARBOSA, Mimeo), vamos perceber que o caráter transitório do primeiro ponto e o permanente do segundo. Dito de outra maneira, a partir dessa obra, observa-se que, até o final dos anos 1940, não havia a distinção produzida pelo jornalismo americano entre uma imprensa dita séria e uma sensacionalista. Na verdade, era muito comum o apelo às sensações nos periódicos brasileiros. Porém, não é menos factual que o recurso ao verossímil vem sendo utilizado como estratégia de construção do discurso da imprensa, logo, não se trata de uma característica exclusiva dos jornais sensacionalistas-populistas da década de 1950.

Se o sensacionalismo não é uma marca distintiva do jornalismo na década de 1950, recuemos até os anos 1920 a fim de percebermos o que se altera e o que permanece entre esses dois momentos históricos. Barbosa (Idem, p. 75) nos mostra que “a marca mais inflexiva da imprensa carioca no final dos anos 1920 é, sem dúvida, o destaque que os jornais dão às notas sensacionais. Ou as ‘tragédias’, como são chamadas na época essa ‘rede de textos’ (Chartier, 1993) que fala dos dramas quotidianos envolvendo crimes, violência, desfechos trágicos de toda a natureza”. O *fait-divers* já é uma marca do jornalismo brasileiro na segunda década do século XX. Ou seja, o apelo às sensações refletia uma clara estratégia de aumento de circulação dos jornais, sem que houvesse uma preocupação em se reservar um espaço para os chamados juízos de fato e outro para os de

⁶ BARBOSA, Marialva “Memória e recepção: lembranças do sensacional” IN: *Luiz Gonzaga Motta [et al.], Estratégias e culturas da comunicação*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002, pp.68-69, citada em SIQUEIRA, Carla. Op.



valor. Mas, se havia uma clara estratégia, por parte dos donos de jornais, de aumentar a circulação dos diários, não é menos claro que acompanhava esse aumento uma tentativa de controle da forma como esses leitores deveriam se apropriar da informação. Como destaca Barbosa (Idem, p. 79), a partir de uma leitura de Sodré: “A dramatização da violência romantiza o cotidiano do público, transformando ainda que imaginariamente sua realidade. No *fait-divers* ‘o que se consome são fantasias do real, alucinações da história, pois a informação é sempre construída pelo próprio *mass-medium* e de uma maneira essencialmente mágica”.

Entretanto, para além dessa construção fantasiosa do real, era necessário que esses simulacros fossem captados mais ou menos da mesma forma por um conjunto social bem diversificado. Assim, como indica Barbosa (Idem, p. 80), “a disposição do texto na página, a ilustração, os cortes produzidos nas narrativas, a tipologia empregada, a diagramação, tudo isso indica um leitor e uma forma de leitura”, uma vez que (Idem, p. 82):

A imprensa da época reproduz em suas reportagens e crônicas o perfil da sociedade carioca. Nas páginas econômicas, no noticiário político e nas crônicas sociais aparecem os hábitos, costumes e interesses da burguesia industrial / agrária / comercial / financeira. Nos jornais mais populares como *O Globo*, *A Noite*, *Correio da Manhã*, notícias esparsas de um operariado que amplia a sua participação na vida social. Nesses mesmos jornais, a marca das classes médias, que se expandem sob o impacto da industrialização, da urbanização e do fortalecimento da burocracia estatal.

Uma das características essenciais desse modelo de jornalismo se encontra em sua capacidade de transformar a cidade em uma cidade real. Barbosa nos chama a atenção para esse aspecto quando enfatiza que (Idem, p. 86-87):

Os fatos cotidianos descritos nessas notícias que envolvem crimes, desastres, roubos, incêndios, enfim, as tragédias diárias, transportam para aqueles textos uma cidade real, composta de lugares existentes e personagens identificáveis. A sociedade parece de tal forma contida naquelas narrativas que o leitor tem a impressão não só de estar em contato, como também participando dessa realidade.

No entanto, tais notícias convocam o leitor não só a lê-la, mas também a construir um julgamento sobre ela, produzindo uma relação de interação com o receptor. Todavia,



esse julgamento não deixa também de ser direcionado, uma vez que “do ponto de vista da construção textual, ao transpor a realidade para a narrativa, o autor das notas sensacionais constrói, na verdade, personagens e representações arquetípicas”. Mas, a autora vai além, quando afirma que (Idem, p. 89), “não é a representação de dados concretos que produz o senso de realidade, mas é a sugestão de certa generalidade que dá consistência tanto aos dados particulares do mundo real quanto aos do mundo fictício”.

Discurso “sensacionalista” e projeto político

Para nós, o que foi dito até aqui só faz sentido se concebermos uma associação entre a forma de narrar e um comprometimento político. Na verdade, o que estamos querendo destacar é que, a despeito da expansão do mercado editorial, da chegada da luz elétrica e das rotativas no Brasil, os jornais foram importante instrumento de construção/consolidação de uma ordem burguesa. Como aponta Barbosa (Idem, p. 111), “o pensamento dominante entre as elites brasileiras nos anos 1920 e que pode ser identificado como a égide das idéias que dominam o país durante o Estado Novo, é aquele que alguns estudiosos classificam como pensamento conservador brasileiro”. Evidentemente, não desprezamos a possibilidade do pensamento conservador começar a se consolidar com o raiar da República. Tampouco, que o projeto nacional concebido conservadoramente para o Brasil foi “tarefa das elites, onde se incluem os **intelectuais** a que está, naturalmente, destinada a missão” (Idem). Quanto aos intelectuais, não podemos e não devemos perder de vista que esse papel é desempenhado em larga medida por literatos, personagens esses que difundiam suas subjetividades, inclusive, através dos jornais.

Tal como acontecera na Europa (na passagem do XVIII ao XIX), no Brasil (XIX/XX), o processo de urbanização foi fundamental para a construção de um novo cenário social. Aqui, como lá, mesmo atravessado por outros matizes, competiu às elites a condução da sociedade rumo ao progresso que, necessariamente, a racionalidade conduziria a sociedade. No nosso caso,

As elites novas e antigas são apresentadas como melhor aparelhadas para desempenhar funções cada vez mais complexas, inclusive a de dar direção ao povo, massa amorfa

e, sob determinado aspecto, indiferenciada. Por outro lado, apresenta-se como necessidade a difusão de conhecimento, mesmo noções elementares (...) nas idéias gestadas na década de 1920 (...) para construir o ‘edifício chamado Brasil’ é necessário traçar um programa-ideal que atingiria a todos através da educação e da massificação das informações (Idem, p. 112).

Esse é o segundo momento de um princípio de massificação, travestido pelo rótulo de popularização como indica El Far (2004). Um dos efeitos práticos desse processo é que tal popularização trouxe consigo a ampliação da distinção social. Ou seja, inicia-se um processo de mercantilização da cultura através de estratégias de distribuição/distinção dos bens culturais. Em *Páginas de Sensação*, El Far aponta como o processo de massificação da literatura, associado a certa idéia de gosto popular, se desenvolve no Rio de Janeiro. Nas palavras da autora (Idem, p. 12), “quando um editor afirmava sua intenção de divulgar obras ao gosto do ‘povo’, ele estava se referindo (...) a toda e qualquer pessoa livre das amarras do analfabetismo. Nesse sentido, as obras populares (...) eram aquelas que recebiam um tratamento editorial interessado em baixar seu custo de produção e dinamizar seu consumo”. Outro aspecto interessante é como o Rio de Janeiro funcionou como centro irradiador de uma cultura dos impressos, uma vez que “enquanto 80% dos brasileiros não sabiam ler nem escrever, quase metade da população carioca aparecia, nos dados oficiais, liberta desse mal”. Esse é um elemento essencial para entendermos a especificidade da cidade do Rio de Janeiro no contexto brasileiro. Pois, para nós provém desse contexto a importância simbólica que a cidade carioca ainda ocupa no imaginário social.

E o imaginário vai estar não só no centro das nossas reflexões, como também nas de El Far. Para ela (Idem, p. 07), é justamente por “lidar com valores culturais bastante arraigados, compartilhados e, certamente, questionados nas maneiras de pensar e agir de vários segmentos da população da corte, mais tarde da capital federal” que os romances de “sensações” atingiram um público tão extenso. Como já dissemos anteriormente, concordamos com Barbosa quando ela afirma que a intelectualidade foi responsável pelo processo de expansão do projeto nacional. Entretanto, a autora de *Páginas de Sensação* nos oferece uma pista bastante interessante quanto ao papel desempenhado pelo jornalista. Ao abordar a especificidade do romance de “sensações”, a pesquisadora alerta (EL FAR, 2004, 113) que, “apesar de apresentarem um estilo literário próprio, esses textos não fizeram parte

de uma escola específica. Em geral, eram editores e jornalistas, responsáveis pela divulgação de romances nos periódicos da época, que avisavam ao público sobre o caráter ‘sensacional de determinada obra’. Essa perspectiva aponta para a possibilidade de que é possível revelarmos os embates sociais não só através da produção literária, mas dos relatos nos noticiários dos jornais.

Tal como em Barbosa, *El Far* aponta para a presença de um repositório que deveria orientar um determinado tipo de leitura a partir do material produzido. Nesse sentido, julgamos novamente que tanto uma autora quanto a outra estariam a indicar a presença de um imaginário que teria como referência as tradições, por um lado, e o projeto político, por outro. Ao falar das sensações, destaca *El Far* (Idem, p. 119): “A recorrência desse termo (...) evidenciava a existência de uma **compreensão comum** acerca do seu significado, como também a **predileção** por assuntos ou situações capazes de envolver sentimentos pouco conhecidos na ordem do cotidiano (...) a história contada, ao **penetrar na imaginação do leitor** ou de seu ouvinte, fornecia a possibilidade de aproximação com uma realidade que (...) poderia ser extremamente interessante”.

E continua a autora (Idem, p. 120):

Para esse cidadão urbano, sensacional era ver ou ler sobre a chegada do bonde elétrico, do telégrafo, do telefone, dos raios X, dos primeiros automóveis, do aeroplano, das fantásticas mercadorias anunciadas nos jornais, das largas avenidas, das falas acaloradas de uma nação civilizada, mas também dos efeitos inversos e não calculados que, inevitavelmente, vinham a reboque (...) O contexto urbano, com toda a sua complexidade e dinâmica, tornava-se palco propício dos acontecimentos dignos de sensação, por trazer à tona novas referências, padrões, mecanismos e, com eles, seus efeitos contrários, perversos e imprevisíveis.

Parece não restar dúvidas que o sensacionalismo foi um importante catalisador do processo de circulação do impresso. Isso significa dizer que, se por um lado, o apelo às sensações, associado a uma expansão do mercado editorial, permitiu um aumento da distribuição de bens culturais, de outro, o que essa distribuição produziu como efeito foi a ampliação da distinção, ou ainda, o alargamento da distinção dentro do imaginário social. Isso não significa dizer que não temos a presença de um fluxo que atravessa as modernas formas de narrar. Entretanto, num jogo de contenção e resistência, de negação e sedução, é

oportuno visualizarmos as novas tipologias que se erigem para dar conta dessa complexa dialética. Em Chartier (2004) observa-se como foi possível, um aumento da distribuição dos textos impressos. Porém, não é menos verdade que tal aumento não se dá exclusivamente em função do mercado editorial. Não podemos negar (e também não é o caso), que tal expansão permite um aumento da produção e da circulação desse material. No entanto, como o próprio autor faz sobressair, a distinção social acompanha, *vis a vis*, o aumento da distribuição. Ou seja, apesar dessas obras representarem um gosto popular, o material utilizado para sua confecção concebe lugares sociais diferentes a quem as possui.

Mas se Chartier é importante no aspecto que destacamos acima, Darnton (1998) também o é em função de um outro ponto. Este autor nos mostra, por exemplo, o quanto havia de um ambiente pré-figurado para a publicação de uma ficção erótica. Nas palavras de Darnton (Idem, p. 102): “as propriedades narrativas da ficção erótica foram estabelecidas muito antes da publicação de *Thérèse philosophe*, e a publicação ocorreu em meio a uma segunda onda de textos ‘pornográficos’”. No entanto, a idéia de pornografia é dada *à posteriori* (Idem, p.103-04):

Os franceses setecentistas normalmente não pensavam nesses termos e tampouco distinguiam entre pornografia ‘pura’ e ficção erótica, panfletos clericais e outras variedades de ‘livros filosóficos’. A noção de pornografia, como a própria palavra, desenvolveu-se no século XIX, quando os livreiros separavam as obras que consideravam indecentes e as trancavam a sete chaves em setores proibidos como o Enfer da Bibliothéque Nationale e o Private Cäs do British Museum.

Ou seja, o que se produz como efeito é uma distinção social que se revela a partir dessa classificação dos livreiros sobre as obras. Mais ainda, tal distinção, permitia que as pessoas “cultas” não fossem impedidas de fazerem esse tipo de leitura. Novamente nas palavras do autor (Idem, p. 104): “sem essa diretriz (...) a polícia acabaria confiscando todos os textos de Rabelais, os *Contes* de La Fontaine e muitos outros livros que para as pessoas cultas constituíam leitura obrigatória”. Evidentemente que Darnton, assim como os outros autores até aqui explorados, que se debruçam sobre as matrizes do sensacionalismo, não negam o caráter circular da cultura. Dessa forma, avaliamos que se as matrizes do sensacionalismo são circular, a distinção que elas permitem não o é.

Queremos trazer então um último elemento para nossas reflexões. Trata-se do conceito de inconsciente político trabalho por Jameson (1992). Na verdade, a partir da proposta do autor, o que buscamos é pensar um deslocamento desse conceito do campo da ação para o da recepção. Tal proposta é a de que o romance vai se reconfigurar no século XIX, deixando de ser um gênero “autônomo” para se tornar um gênero atravessado pelas questões de então. Neste autor, tal como acontece com os que trabalhamos até aqui, a presença da circularidade das matrizes é um traço constitutivo do romance moderno. Isso, de alguma forma, coloca Jameson no centro das questões sobre as quais estamos nos debruçando. Para ele (Idem, p. 155), na modernidade,

A função ‘objetiva’ do romance está implícita: à sua missão subjetiva, crítica, analítica e corrosiva acrescenta-se agora a sua tarefa de produzir, como se fosse pela primeira vez, aquele mundo da vida, aquele ‘referencial’ – o espaço recém quantificável da extensão e da equivalência de mercado, os novos ritmos dos tempos mensuráveis, o novo mundo-objeto secular e ‘desencantado’ do sistema de mercadorias, com sua vida diária pós-tradicional e seu *Umwelt* atordoadamente empírico, ‘sem sentido’ e contingente – do qual este novo discurso narrativo pleiteará ser o reflexo ‘realista’.

Em Jameson, também vamos encontrar a idéia de que, apesar das possibilidades que o “novo” romance oferece, é necessário que as leituras sejam feitas dentro de um universo minimamente compartilhado pelos leitores. Para o autor (Idem, 159), “ele [o romance] não se limita a solicitar do leitor que reconstrua essa casa e paisagem por meio de um olhar interior, mas que as reinvente como uma *Idéia* e como desejo do seu coração”. Assim, a despeito da expansão do mercado livreiro, do interesse pelo moderno, esse moderno precisa ser captado de forma mais ou menos homogênea. Vemos aqui a associação de duas noções igualmente importantes: a primeira diz respeito ao fato de que é o leitor quem valora, quem atribui desejo, quem atribui o sentido à obra; porém, e essa é a segunda noção, os protocolos de leitores podem se revelar uma importante chave na compreensão do por que os leitores, a despeito de serem diferentes uns dos outros, respondem a esses estímulos de forma ou menos parecida.

Uma das possibilidades apresentadas no trabalho de Jameson é que, a partir da formação de um inconsciente político, é possível aos produtores das obras literárias

forjarem um discurso mais ou menos semelhante sobre a dinâmica social. Nossa hipótese, nesse sentido, é a de que essa mesma formação que interfere na produção se espalha para o conjunto da sociedade reconfigurando essa dinâmica. Dito de outra forma, o que estamos propondo é que, ao universalizar elementos que são em alguma medida particulares aos produtores culturais, os leitores “emprestam” sentido a algo que é particular mas que recebe o caráter de universal. Assim, cremos que Jameson oferece algumas pistas que deverão ser oportunamente exploradas.

A primeira pista é a de que o poeta reproduz seus anseios, seus desejos, a partir da formação de um inconsciente político. No entanto, queremos acrescentar que, num jogo dialético essa reconfiguração do mundo feito pelo produtor volta para o mundo num processo dinâmico e contínuo. Nesse sentido, inferimos que o inconsciente político compõe não só o corolário que fornece elementos para a produção textual, mas também é aquele que é responsável por uma atribuição de sentidos de forma mais ou menos parecida por um universo de leitores bastante heterogêneo – é dessa forma que concebemos a formação de um imaginário social. Uma segunda pista é quanto ao caráter exclusivo desse jogo se dá no campo estrito da produção literária. Já vimos o quanto à produção discursiva dos periódicos responde, inicialmente, a um alargamento da produção textual e a sua conseqüente popularização. Uma vez que o jornalista também narra o mundo, conferindo sentidos a ele, não seria crível pensarmos na possibilidade de que os “homens de imprensa” também universalizaram, através de estratégias narrativas, sentidos, sensações, emoções, que são particulares?

Um terceiro ponto, e esse partir dos dois primeiros, diz respeito à relação entre os processos de expansão do mercado editorial e o de civilização. Para nós, eles caminharam *vis a vis* com a “distribuição” do ideário iluminista. Evidentemente, não estamos afirmando aqui que o mercado editorial se expandiu por conta do Iluminismo, tampouco que este concebeu um processo civilizatório onde a impressão fosse essencial. Mas, igualmente, não há como negar que esses dois fatores foram importantes para a expansão dos valores burgueses a partir do século XVIII. Porém, admitindo a presença desse projeto político iluminista, cuja separação entre razão/emoção era (e cremos que continua sendo) fundamental, avaliamos que na contemporaneidade essas características aparecem misturadas, uma vez que são constitutivas dos agentes sociais. Nesse sentido os jornais se



revelam espaços privilegiados para percebermos como essa relação entre razão e sensação aparece através das pistas, das marcas, dos sintomas revelados nas em suas páginas.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Marialva. *“Tragédias” apaixonam a cidade*. Niterói, UFF, Mimeo.
- BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. Brasília, Ed. da UNB, 1993.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo, Ed. UNESP, 2004.
- DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.
- DUARTE, Maurício da S. *Cidadania Obstruída: jornais cariocas e a construção discursiva da violência pelos jornais do Rio*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Comunicação, ECO/UFRJ, 2004.
- EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo, Cia. das Letras, 2004.
- ENNE, Ana Lúcia S. *O caso “Mãe Branca” e o fluxo da narrativa do sensacional*. Niterói, UFF, 2005, Mimeo.
- JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo, Ática, 1992.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.
- PEDROSO, Rosa Nívea. *A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista*. São Paulo, Annablume, 2001.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Comunicação, ECO/UFRJ, 2000.
- SIQUEIRA, Carla. *Sexo, crime e sindicato: sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em História, PUC/RJ, 2002.